



Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

CEP: 37.310-000 - Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.684.217/0001-23

PARECER

Referências: Processo nº 142/2025. Concorrência nº 008/2025.

Assunto: Contratação sociedade empresária para execução de obra de pavimentação de estradas vicinais – ETAPA 02, na Comunidade do Taboão no Município de Bom Jardim de Minas /MG.

Srta. Larissa Teodoro Rezende
DD. Coordenadora de Compras e Licitações

Solicita a Srta. Larissa Teodoro Rezende, DD. Coordenadora de Compras e Licitações análise e, se de acordo, aprovação da minuta de edital e respectivos documentos anexos, bem como dos elementos de informação que instruem o processo em epígrafe, cujo objeto é a contratação sociedade empresária para execução de obra de pavimentação de estradas vicinais – ETAPA 02, na Comunidade do Taboão no Município de Bom Jardim de Minas /MG .

É o breve relatório.

Passa-se ao estudo.

CERTAME REGIDO PELAS LEI Nº 14.133/2021. DEMAIS REFERÊNCIAS NORMATIVAS

De início, cumpre anotar que, em 01/04/2021, tivemos a publicação da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/21), que veio dar um regramento específico e peculiar às contratações públicas e que demanda regulamentação em vários de seus dispositivos. A nível municipal, com o intuito de caminhar no sentido da aplicação da nova legislação tivemos a edição do decreto municipal que veio a regulamentar a nova legislação.

Como se infere da minuta de edital, o certame será regido pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, que prevê as modalidades e os tipos de licitação, prazos, assim como a documentação necessária para a habilitação jurídica, regularidades fiscal, social e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira dos licitantes, disposições estas de observância obrigatória por parte da Administração, sob pena de inviabilidade de deflagração e prosseguimento do certame.

No caso em tela, pretende-se a realização de licitação na modalidade Concorrência Pública, na forma presencial, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, em conformidade com as disposições contidas na minuta de edital e na

Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

Avenida Dom Silvério, nº 170 – Centro – Bom Jardim de Minas | MG – CEP 37310 000

Telefone: (32) 3292-1601

E-mail: gabinete@bomjardimdeminas.mg.gov.br



Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

CEP: 37.310-000 - Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.684.217/0001-23

legislação aplicável à espécie, notadamente a já citada Lei Federal nº 14.133/2021 aplicável à espécie.

Assim, tem-se delimitada, pois, a legislação – além, é claro, da Constituição Federal – que regerá o pretense certame e que, ademais, orientará a presente manifestação, cujo escopo é, claro, analisar a minuta de edital elaborada pelo setor técnico competente, mas também, se necessário, identificar eventuais vícios existentes no texto da minuta, orientando a Administração quanto às providências a serem tomadas para saná-los, com vistas ao regular desenvolvimento do feito.

DA IMPORTÂNCIA DO EDITAL E DA FASE INTERNA DA LICITAÇÃO

Visto isso, anota-se que art. 53 da Lei nº 14.133/2021 exige que as minutas de editais de licitação, bem como de contratos, acordos, convênios ou ajustes sejam previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.

Veja-se:

“Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - *redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;*”.

Dessa maneira, na análise das minutas de editais de licitação, a assessoria jurídica verifica se estão sendo observados os aspectos legais e formais do procedimento licitatório, em especial se estão presentes os documentos que compõem a fase interna da licitação, tais como requerimento, justificativas, descrição do objeto a ser licitado, origem do recurso orçamentário para efetuar os pagamentos, autorização para iniciar os procedimentos de licitação, além da existência de outros documentos pertinentes ao objeto pretendido.

Dáí, outrossim, a importância da fase interna da licitação: se processada da maneira correta, atendendo-se às exigências legais e corrigindo, se possível, eventuais falhas constatadas no curso do procedimento (sem precisar anular

Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

Avenida Dom Silvério, nº 170 – Centro – Bom Jardim de Minas | MG – CEP 37310 000

Telefone: (32) 3292-1601

E-mail: gabinete@bomjardimdeminas.mg.gov.br



Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

CEP: 37.310-000 - Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.684.217/0001-23

atos já praticados), a tendência é que a Administração alcance êxito na contratação almejada, este que é, afinal, o objetivo da licitação.

ANÁLISE DOS ASPECTOS JURÍDICOS DA PRETENSA LICITAÇÃO

Nesse particular, cabe salientar que a análise jurídica da minuta de edital considera, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, dos autos do processo administrativo em foco, cabendo à assessoria jurídica, à luz do ordenamento jurídico vigente, prestar consultoria sob o prisma estritamente *jurídico*, não lhe competindo adentrar na seara da conveniência e da oportunidade da deflagração do certame licitatório, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica ou administrativa inerentes ao objeto da licitação.

A Lei nº 14.133/2021 obriga, repita-se, seja realizada análise jurídica das minutas de edital e de contratação direta, não sendo permitido à assessoria jurídica, contudo, imiscuir-se nos aspectos administrativos e de mérito acima mencionados.

É que o parecer tem caráter meramente opinativo, não vinculando a decisão do Gestor Municipal (TCU, Acórdão nº 2935/2011, Plenário, Rel. Min. WALTON ALENCAR RODRIGUES, DOU de 17/05/2011). Consoante doutrina de Marçal JUSTEN FILHO (2014. p. 689)¹, *“o essencial é a regularidade dos atos, não a aprovação da assessoria jurídica”*, ou seja, o gestor é livre no seu poder de decisão.

Esses limites à atividade deste órgão jurídico se justificam em razão do disposto no Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia Geral da União-AGU², in verbis:

Indexação: TEMAS NÃO JURÍDICOS. MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA PELO ÓRGÃO CONSULTIVO. IMPOSSIBILIDADE. EMISSÃO DE OPINATIVO DE CARÁTER DISCRICIONÁRIO. POSSIBILIDADE

DO OBJETO, DA JUSTIFICATIVA DA LICITAÇÃO E DO PROJETO BÁSICO

Dito isso, a primeira orientação jurídica é em relação ao objeto da licitação, que deve estar bem definido pelo setor requisitante, além de estar calcado, sempre, no interesse público.

Conforme entendimento do Tribunal de Contas de Minas Gerais - TCE-MG, *“a descrição genérica do objeto da licitação deixa grande margem de*

¹Justen Filho, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

²(Brasil. Advocacia-Geral da União Manual de Boas Práticas Consultivas. 4.ed. Brasília: AGU, 2016. p. 32. Disponível em: <http://www.agu.gov.br/page/download/index/id/37931611>)



Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

CEP: 37.310-000 - Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.684.217/0001-23

dúvida, inviabilizando a apresentação de propostas técnicas objetivas, bem como dificulta o seu julgamento, comprometendo os princípios licitatórios, notadamente o da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento [objetivo]”. (Licitação nº 710565. Rel. Conselheiro Moura e Castro. Sessão do dia 02/05/2006).

Ainda segundo o TCE-MG “(...) a perfeita descrição do objeto tem a intenção de evitar que a Administração venha a arcar com soluções não previstas no contrato, ou ainda, que venha a sofrer o ônus de custear atividade não prestada ou fornecida, o que constituiria enriquecimento ilícito do prestador, e, por certo, dano ao erário”. (Licitação nº 695862. Rel. Conselheiro Moura e Castro. Sessão do dia 10/10/2006).

No vertente caso, pelo que se observa da minuta de edital e dos demais elementos de informação que integram os autos em foco, pode-se dizer que foram atendidas as formalidades necessárias à devida descrição do objeto da licitação pretendida, viabilizando-se, pois, seu regular processamento.

Encontra-se o processo instruído também com o “Projeto Básico” da licitação, contendo todos os dados e informações necessários ao detalhamento da mesma, bem como encontramos também no processo administrativo o Estudo Técnico Preliminar que foi anexado ao presente, atendendo desta forma a mais uma exigência estabelecida pela Nova Lei de Licitações.

Nos termos do art. 6º, inciso XXV, da Lei nº 14.133/2021, o projeto básico é o “conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

- a) levantamentos topográficos e cadastrais, sondagens e ensaios geotécnicos, ensaios e análises laboratoriais, estudos socioambientais e demais dados e levantamentos necessários para execução da solução escolhida;
- b) soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a evitar, por ocasião da elaboração do projeto executivo e da realização das obras e montagem, a necessidade de reformulações ou variantes quanto à qualidade, ao preço e ao prazo inicialmente definidos;
- c) identificação dos tipos de serviços a executar e dos materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como das suas especificações, de modo a assegurar os

Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

Avenida Dom Silvério, nº 170 – Centro – Bom Jardim de Minas | MG – CEP 37310 000

Telefone: (32) 3292-1601

E-mail: gabinete@bomjardimdeminas.mg.gov.br



Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

CEP: 37.310-000 - Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.684.217/0001-23

melhores resultados para o empreendimento e a segurança executiva na utilização do objeto, para os fins a que se destina, considerados os riscos e os perigos identificáveis, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;

d) informações que possibilitem o estudo e a definição de métodos construtivos, de instalações provisórias e de condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;

e) subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendidos a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;

f) orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados, obrigatório exclusivamente para os regimes de execução previstos nos [incisos I, II, III, IV e VII do caput do art. 46 desta Lei](#)".

No Projeto Básico que instrui o vertente processo, registre-se, tal como já feito alhures, que o mesmo, em seu Item 5, contém a justificativa da licitação pretendida

DA ADEQUAÇÃO DA MODALIDADE LICITATÓRIA ELEITA

Já adentrando no mérito, é importante delimitar a principal legislação de regência que orientará a elaboração desta manifestação: Lei nº 14.133/2021 e Constituição Federal de 1988.

Afere-se que o presente processo poderá ser levado a efeito pela modalidade escolhida, ou seja, a **Concorrência**, regulada pela Lei nº 14.133/2021 em seu art. 28, II.

Contudo, a presente concorrência será realizada na forma presencial.

Chamo a atenção que, por se tratar de licitação presencial, as sessões públicas que forem realizadas deverão ser registradas em áudio e vídeo, consoante previsão contida na Lei nº 14.133/21 para os municípios com até 20 mi habitantes como é o caso de Bom Jardim de Minas.

DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO



Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

CEP: 37.310-000 - Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.684.217/0001-23

Verifica-se ainda no processo licitatório, a adoção do critério de julgamento estabelecido no art. 33, I que diz respeito ao MENOR PREÇO GLOBAL.

DO INSTRUMENTO DA CONTRATAÇÃO

Por fim, no tocante à formalização da alienação, verificamos que será através de contrato administrativo.

Com efeito, e neste sentido, imperioso se faz destacar o entendimento do Tribunal de Contas da União³ que assim aduz:

“No contrato devem estar estabelecidas com clareza e precisão cláusulas que definam direitos, obrigações e responsabilidade da Administração e do particular. Essas disposições devem estar em harmonia com os termos da proposta vencedora, com o ato convocatório da licitação ou com a autorização para contratação direta por dispensa ou inexigibilidade de licitação.”

Convém transcrevermos ainda o dispositivo contido no art. 95 da Lei 14.133/21:

“Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

I - dispensa de licitação em razão de valor;

II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

§ 1º Às hipóteses de substituição do instrumento de contrato, aplica-se, no que couber, o disposto no art. 92 desta Lei.

§ 2º É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim

³ Licitações e contratos : orientações e jurisprudência do TCU / Tribunal de Contas da União. – 4. ed. rev., atual. e ampl. – Brasília : TCU, Secretaria-Geral da Presidência : Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010, pág 645.



Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

CEP: 37.310-000 - Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.684.217/0001-23

entendidos aqueles de valor não superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).”

Logo, considerando a modalidade licitatória escolhida, entendo que o instrumento de contrato encontra-se adequado para Ao objeto ao qual se almeja.

DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Os arts. 62 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 estabelecem as documentações de habilitação a serem exigidas nos certames.

DA PUBLICIDADE DA PRESENTE LICITAÇÃO

Tendo em vista a previsão contida no inc. II, alínea “a” do art. 55 da Lei nº 14.133/2021, o edital de licitação deverá ser publicado com antecedência mínima de 10(dez) dias úteis antes da realização da sessão pública de recebimento dos envelopes contendo a documentação de habilitação e proposta.

CONCLUSÃO

Ex positis, somente consignando, como já feito alhures, que as especificações do objeto, necessidade, quantitativos e preços estimados unitários e globais, incluindo as previsões orçamentárias e financeiras, são informações de responsabilidade da Unidade Requisitante, não possuindo esse parecerista competência para examinar tais elementos informativos (o mesmo valendo para estimativa de preço, aspectos técnicos e administrativos do Projeto Básico, necessidade, quantidade e qualidade do objeto do certame, ou ainda, dados constantes em planilhas ou índices econômicos ou contábeis contidos nos autos); entende-se que as normas e condições definidas na minuta de edital e respectivos anexos encontram-se em conformidade com a legislação de regência da matéria, mencionada ao longo do presente parecer.

É o parecer.

Em 13 de outubro de 2025.

Wladimir de Oliveira Andrade

OAB/MG 57.629